

Lei Ordinária nº 595/1976

Estabelece normas para aforamento de lotes urbanos e de chácaras pertencentes ao Patrimônio Fundiário do Município.

O Prefeito Municipal de Camapuã: Faço sabre que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei:

Publicada em 27 de outubro de 1976

Art. 1º.

Fica o Poder Executivo autorizado a aforar, a particulares, lotes urbanos e de chácaras pertencentes ao Patrimônio Fundiário do Município, obedecidas as condições da presente Lei.

- **Art. 2º.** O aforamento dos lotes referidos no Art. anterior, dependerá sempre, de loteamento aprovado e integrado à Planta Cadastral do Município, observadas para os urbanos, as exigências do Decreto Lei nº 58.
- **Art. 3º.** O pretendente ao lote de terreno endereçará requerimento ao Chefe do Executivo, indicando a denominação do loteamento, constante da Planta Cadastral.
- **Art. 4º.** Os lotes de chácaras destinam-se às atividades hortigranjeiras, à pecuária de pequeno e médio porte, e a lavoura.
- **Art. 5º.** Entre os diversos pretendentes, deve-se observar as preferências.
- **Art. 6º.** Os lotes urbanos serão aforados ao preço de Cr\$ 1,00 a Cr\$ 5,00 por metro quadrado, regulamentado por Decreto.
- **Art. 7º.** Os lotes de chácaras serão vendidos por aforamento a razão de Cr\$ 0,25 a Cr\$ 1,00 por metro quadrado.
- **Art. 8º.** Recebido o requerimento, com os documentos exigidos, será o mesmo autuado e encaminhado à seção competente para verificação da disponibilidade do lote.
- Art. 9º. É instituído o foro anual de Cr\$ 10,00, cobrado juntamente com o Imposto Territorial Urbano.
- Art. 10 Os lotes urbanos somente serão divididos mediante anuência da Prefeitura.
- **Art. 11** A inobservância pelos proprietários dos regulamentos municipais, sujeita os mesmos aos impostos territoriais urbanos progressivos e outras sanções na forma da lei.

- **Art. 12** O foro prescreve em 20 anos, e o aforamento extingue-se pelo Comisso, quando o proprietário deixar de pagar os foros por 3 anos consecutivos.
- Art. 13 É vedado o aforamento de mais de um lote urbano para fins residenciais, ao mesmo proprietário.
- **Art. 14** Os preços dos lotes municipais poderá ser revistado anualmente por Decreto do Executivo.
- **Art. 15** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em

Original, Prefeitura Municipal de Camapuã, 21 de outubro de 1976.

Laucídio Pereira da Cunha

Prefeito Municipal